



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA RURAL

**Contributo Sócio-económico do Fundo da Redução da Pobreza Urbana na
Cidade de Inhambane, 2011- 2015**

Licenciatura em Economia Agrária

Autora:

Emília Afonso Chivale

Vilankulo, Maio de 2016

Emília Afonso Chivale

**Contributo Sócio-económico do Fundo da Redução da Pobreza Urbana na
Cidade de Inhambane, 2011- 2015**

Trabalho de Culminação de Curso
apresentado ao Departamento de
Sociologia Rural da Universidade
Eduardo Mondlane – Escola
Superior de Desenvolvimento
Rural para a obtenção do grau de
Licenciatura em Economia
Agrária.

Supervisor:

dr. Justino Hilário

UEM - ESUDER

Vilankulo

2016

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resultado da minha investigação pessoal, estando indicados no texto e na bibliografia as fontes utilizadas. Esta é a primeira vez que o submeto para obter o grau de licenciatura, nesta instituição pública de ensino superior.

Vilankulo, 13 de Junho de 2016

(Emília Afonso Chivale)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado no dia ___ de Junho de 2016 por nós, membros do júri examinador da Escola Superior de Desenvolvimento Rural da Universidade Eduardo Mondlane, com a nota de ___ **Valores.**

(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Supervisor)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em especial, e com tanto orgulho aos meus pais: Afonso Massassane Chivale e Eugénia Petanhane Vilanculos e aos meus irmãos Peres, Helena, Hilário, Nerísia e Ercílio pelo apoio, incentivo, e confiança que depositaram em mim para que eu pudesse chegar até aqui transformar o sonho da licenciatura em realidade e a todos os meus primos, sobrinhos e amigos. E por fim à Tinashe Jorge Chidodo meu companheiro de todos os momentos bons e difíceis, com quem aprendi que a humildade é uma grande virtude e que o amor é o sentimento mais belo da vida. Sem vocês esta conquista seria impossível.

AGRADECIMENTOS

À Deus que sempre me acompanhou.

Ao meu supervisor dr: Justino Hilário, pela orientação, disponibilidade e paciência que teve durante a realização deste trabalho. E desta feita aproveitar endereçar os meus agradecimentos ao corpo de docente da Escola Superior de Desenvolvimento Rural pela contribuição na minha formação académica.

À minha família que sempre depositou apoio moral e material, em especial aos meus pais e meu irmão Peres Afonso Chivale que sempre fizeram tudo para que eu fosse a mulher que sou.

À equipe dos Serviço do Conselho Municipal da cidade de Inhambane e a todos beneficiários pelo fundo que foram inqueridos para ter informações prestativas e fundamentais para a efectivação do trabalho.

À todos os meus amigos e colegas que me apoiaram em todos os momentos na vida social e académica, principalmente ao Satismo João, Nércia da Lira e Arlindo Malate, pelo incentivo e apoio oferecido, força e coragem ao longo do curso.

Por tudo e a todos que directa ou indirectamente fizeram com que esse trabalho se tornasse uma realidade, ***OBRIGADA***.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

Abreviatura, Siglas e Símbolos	Designação
CAADP	Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África
DPA	Direcção Provincial da Agricultura
Emp	Empresas
ESUDER	Escola Superior de Desenvolvimento Rural
EN₁	Estrada Nacional número-1
FRPU	Fundo de Redução da Pobreza Urbano
INE	Instituto Nacional de Estatística
Km²	Quilómetros quadrados
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério de Administração Estatal
MINAG	Ministério da Agricultura
Mts	Meticais
Nº. Total	Número total de Trabalhadores/ Beneficiários
Nº	Número
ONG	Organizações Não Governamentais
PEDD	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Distrito
PERPU	Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana
PRE	Programa de Reabilitação Económica
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
Trab	Trabalhadores
°C	Graus Centígrados
%	Percentagem

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura - 1: Mapa do Município da Cidade de Inhambane.....	13
---	----

Lista de Tabelas

Tabela - 01: Determinação do tamanho da amostra	17
---	----

Tabela - 02: Variáveis em estudo	20
--	----

Tabela - 03: Limites indicativos de financiamento	25
---	----

Lista de Gráficos

Gráfico - 01: Evolução de financiamento em diferentes áreas de projectos, 2011 a 2015.....	26
--	----

Gráfico - 02: Evolução nominal de emprego, 2011 – 2015.....	28
---	----

Gráfico - 03: Evolução percentual de emprego, 2011 à 2015	29
---	----

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Lista de Apêndices

Apêndice – 01: Inquérito Dirigido ao Conselho Municipal da Cidade de Inhambane	I
Apêndice – 02: Inquérito Dirigido aos Beneficiários do Fundo.....	II

Lista de Anexos

Anexo 1: Linhas de financiamento dos projectos, 2011 a 2015	IV
Anexo 2: Fotos Ilustrativas.....	IX

GLOSSÁRIO

Agregado familiar - é o conjunto de pessoas ligadas por laços sanguíneos ou de comunhão de vida, vivendo normalmente sob o mesmo tecto do agregado e comendo na mesma panela.

Emprego - em sentido amplo é o uso do factor de produção por uma empresa, ou estritamente é a função, cargo ou ocupação remunerada exercida por uma pessoa.

Renda – remuneração dos factores de produção: salários (remuneração do factor trabalho), alugueis (remuneração do factor terra) juros e lucro (remuneração do factor capital)

Renda familiar – é o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio familiar.

Amostra - é um subconjunto da população, ou seja, uma parcela representativa da população.

Empreendedorismo - é uma arte de transformar dificuldades de terceiros em oportunidades de negócios para si mesmo.

FRPU – é um fundo financeiro que serve para à redução da pobreza urbana nas famílias locais.

RESUMO

O trabalho em vista analisar o contributo sócio-económico do fundo de redução da pobreza urbana na cidade de Inhambane, no período entre 2011 a 2015, tendo como caso de estudo os beneficiários do fundo a nível da cidade Municipal de Inhambane. O estudo aborda as características dos beneficiários do Fundo Urbano a nível da cidade, os programas de desenvolvimento implementados pela organização a nível local, e o impacto dos programas implementados na vida dos beneficiários. Em termos metodológicos o trabalho foi elaborado na base de dados primários e secundários, onde os primários foram colhidos na base da observação participante por meio da entrevista semi-estruturada em forma de um guião de questões aplicadas a 130 beneficiários do Fundo Urbano a nível da cidade e a organização e que posteriormente foram analisados através dos métodos quantitativos e qualitativos e os secundários foram colectados por meio da pesquisa bibliográfica através da consulta de documentos pertinentes ao estudo. Os resultados constataram que são implementados a nível local programas que facilitam empreendedores locais a desenvolver suas actividades a partir do Fundo Urbano nas diferentes áreas de actividades como: na agricultura, comercio, pecuária, turismo, pesca, pequenas indústrias e prestação de serviços com o objectivo de promover um desenvolvimento local sustentável em que a melhoria da estrutura económica e social seja reflectida pela melhoria das condições socioeconómicas das comunidades envolvidas no aproveitamento do uso do Fundo. O trabalho conclui que os programas de desenvolvimento implementados pela direcção do Plano Estratégico para Redução da Pobreza Urbana “PERPU” contribuíram no melhoramento das condições de vida daqueles beneficiários, a medida que, maior parte da população local que outrora praticava agricultura de subsistência nas zonas baixas e comercio em pequenas escalas vem adquirindo crédito para a prática de média e grande empreendimentos informais e formais o que vem criando mais emprego a nível local em diferentes áreas de actividades, sendo que na agricultura 242, comercio 744, pecuária 368, pequenas industrias 236, prestação de serviços 159, turismo 113 e pesca 281 empregos que permite o rendimento nas mesmas, sendo canalizada para a compra de bens de primeira necessidade, bens duradouros, construção e renovação das habitações bem como atender as necessidades de saúde e educativas dos seus educandos.

Palavras - chaves: Contributo, Sócio-económico, Fundo, Urbano, Famílias.

ÍNDICE

Conteúdo	Páginas
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Problema.....	2
1.3. Justificativa.....	3
1.4 Objectivos.....	4
1.4.1 Geral:	4
1.4.2 Específicos:.....	4
II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
2.1 Conceitos básicos	6
2.2 Breve descrição das características do fundo de redução da pobreza urbana em Moçambique	9
2.2.1. Plataformas constitucionais do fundo urbano.....	9
2.2.2 Enquadramento legal do fundo de redução da pobreza urbana	10
2.3 Contributo sócio-económico do fundo de redução da pobreza urbana	10
2.3.1 Natureza.....	11
2.3.2. Objectivo	12
III. METODOLOGIA.....	13
3.1. Descrição da área de estudo.....	13
3.1.1. Divisão Administrativa.....	14
3.1.2. Características climáticas	14

3.1.2.1. Clima	14
3.1.2.2. Relevo e Solo.....	14
3.2. Métodos de colecta de dados	15
3.2.1. Metodos	15
3.2.2. Tamanha da Amostra.....	16
3.3. Recolha de dados	18
3.3.1. Pesquisa Bibliográfica	18
3.3.2 Pesquisa documental.....	18
3.3.3 Entrevista semi-estruturada	19
3.4 Análise de dados	19
3.5 Limitações do trabalho	20
IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1. Critérios de financiamento do fundo de redução da pobreza urbano da cidade de Inhambane	21
4.1.1 Características dos beneficiários do fundo	21
4.1.2. Critérios de financiamento na aquisição do fundo	22
4.1.2.1. Critérios	22
4.1.2.2 Critérios de elegibilidade de projectos para aquisição do fundo na cidade de Inhambane	23
4.1.2.2.1 Projectos prioritários.....	23
4.2. Linhas de crédito Fornecidos pelo Fundo da Redução da Pobreza Urbana na cidade de Inhambane	24
4.2.1 Sistema de crédito rotativo	24

4.3 Impacto do fundo de redução da pobreza urbana na geração de emprego e na melhoria das condições de vida nas famílias locais	27
4.3.1 Impacto do fundo na geração de emprego.....	27
4.3.2 Impacto do fundo na melhoria das condições de vida nas famílias locais	31
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	32
5.1 Conclusões.....	32
5.2 Recomendações	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

I. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Pobreza urbana é a falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades básicas de indivíduos, famílias e comunidades residentes nas zonas urbanas. Ao longo dos últimos dez anos, a pobreza urbana passou por várias mudanças, onde a população de baixa renda que estava relacionada com as mudanças ocorridas na composição das famílias, nos últimos anos a alteração dos padrões de produção, mortalidade e estado conjugal acabava seguindo novos rumos da pobreza, (MEDEIRO E OSÓRIO, 2000).

A facilitação do acesso ao financiamento, criação de infra-estruturas eficientes, a melhoria de serviços de saúde, educação, o combate a corrupção, criminalidade e a burocracia, a reforma das leis e regulamentos tornando-as transparente, eficiente e fácil de ser. O Fundo de Redução da Pobreza Urbana é o resultado do processo de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação com vista ao empoderamento das populações a nível local e tem a cobertura a nível das cidades e nas vilas de acordo com a Lei 08/2003 do Decreto 11/2005. Neste âmbito o desenvolvimento local é um assunto dominante nos programas dos objectivos definidos pelo governo, nos debates académicos em Moçambique, assim como nos interesses dos parceiros internacionais, (CHICHAVA, 2010).

Sendo assim, este estudo centrar-se-á na análise do contributo sócio-económico do Fundo da Redução da Pobreza Urbana da cidade de Inhambane, com a seguinte estrutura do trabalho: No capítulo - I encontra-se os aspectos introdutórios que compreende a contextualização, o problema, a justificativa e objectivos. No capítulo - II encontra-se a revisão da literatura onde apresenta-se as teorias que orientam o tema em análise e compreensão do mesmo. O capítulo da metodologia apresenta os métodos e as técnicas de recolha de dados, tratamento e interpretação dos dados e descrição da Cidade de Inhambane que é o campo de estudo, em seguida o capítulo dos resultados e discussão, conclusão, recomendações e referências bibliográficas usadas na efectivação do presente trabalho de pesquisa.

1.2. Problema

Em Moçambique tem surgido nos últimos anos, várias entidades públicas, associações e organizações da sociedade civil empenhadas na prestação de serviços sociais e alívio da pobreza urbana, (LALÁ & OSTHEIMER, 2003).

Entretanto, a elevada dependência de financiamento estrangeiro na qual a maioria dos Fundos estão sujeitos sob alguns condicionalismos, através de prioridades específicas dos doadores, cria dúvidas sobre a natureza dos objectivos das mesmas perante as necessidades da população, deste modo, surge a apreensão de que estes objectivos sejam influenciados pelo Estado, sendo que, no domínio do combate à pobreza que afecta ainda uma vasta maioria da população, o Governo tem vindo a implementar Planos de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta “PARPA I e II”. Sendo assim, como resultado deste plano, o ambiente de negócios em Moçambique tem melhorado nos últimos anos. Este facto é reconhecido na classificação feita por *Doing Business*, (2008) do Banco Mundial, o qual refere que em Moçambique há necessidade dê-se acelerar o ritmo da pobreza de forma a tornar o país mais competitivo, primeiro numa perspectiva regional e segundo numa perspectiva global do país, é dessa forma que propôs-se a elaboração de um Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbano (PERPU) com enfoque na promoção de emprego e protecção social, (AGENDA 2025, 2004).

Neste contexto, sendo FRPU, o Fundo da Redução da Pobreza Urbana financiado pelo Governo para o desenvolvimento urbano, o qual sofre de certa forma uma influência no que concerne aos interesses das populações locais, o qual pode não corresponder às reais demandas nas áreas de actividades de necessidades comunitárias onde se desenvolvem as actividades de desenvolvimento, o presente trabalho pretende saber:

Até que ponto o acesso ao Fundo da Redução da Pobreza Urbana contribui para a melhoria das condições socio-económicas no seio das famílias locais na cidade de Inhambane?

1.3. Justificativa

O tema mostra-se relevante na medida em que várias estratégias que têm sido traçadas e orientadas a nível nacional, distrital e particularmente pelo governo assim como organizações não-governamentais de forma a estimular a realização de actividades que tenham repercussões positivas na vida das comunidades urbanas.

O Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbano criado pelo governo por meio do Fundo de Redução da Pobreza Urbana vem desenvolvendo com as comunidades locais actividades de âmbito social e económico através da implementação de projectos geradores de conhecimentos técnicos, da renda e do emprego a nível das cidades e vilas, sendo dessa forma que o Fundo Urbana constituir uma das estratégias do governo no combate e na redução da pobreza absoluta em Moçambique, incluído no Programa Para a Redução da Pobreza Urbana, vulgo “PERPU”.

Um dos factores que motivou a escolha do presente tema, deve - se ao facto de o programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana criado pelo Governo estimularem a realização das actividades que tem resultados positivos na vida das comunidades urbanas.

Mostrou-se relevante pelo facto de, o Fundo da Redução de Pobreza Urbana ser visto como fonte de geração e criação de oportunidades de emprego que condiciona no aumento da renda e na melhoria do bem-estar das famílias locais, visto que, abrange uma parte dos sectores de actividades económicas no nível da cidade em estudo e facilita o financiamento às iniciativas empreendedoras locais.

Por tanto, por haver um défice na análise do contributo sócio-económico do fundo da redução da pobreza urbana na cidade de Inhambane, surge também a necessidade de dar um contributo no sector e mostrar como e que esta actividade que vem se desenvolvendo pode ser visto de grande importância nas famílias locais a nível da cidade a quanto ao seu contributo a nível local.

1.4. Objectivos

1.4.1 Geral:

- Analisar o contributo sócio-económico do fundo da redução da pobreza urbana na cidade de Inhambane, no período de 2011 a 2015.

1.4.2 Específicos:

- Descrever os critérios de financiamento do Fundo de Redução da Pobreza Urbano;
- Identificar as linhas de crédito fornecidas pelo Fundo de Redução da Pobreza Urbano;
- Avaliar o impacto do Fundo de Redução da Pobreza Urbano na geração de emprego e na melhoria das condições de vida nas famílias locais.

II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir dos anos 301, COASSE introduz uma nova abordagem das firmas em relação aos financiamentos, o qual revoga a abordagens de que as firmas que se beneficiam dos empréstimos governamentais eram simplesmente representadas pela função produção. Coasse em seus estudos concluiu que essas firmas para além de transformarem insumos em produtos, tinha também o papel regular e coordenar a sua relação com outros agentes económicos.

Chega-se então a conclusão de que, tanto para firmas assim como mercados concorrem entre si para coordenar as actividades económicas. O exercício dessa relação implica custo proveniente da colecta de informações, da negociação (compra e venda), do estabelecimento de contratos e exigência do seu cumprimento. Estes custos são denominados por custos de transacção no circuito económico de negócio, (FARINA, 1997).

De acordo com JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA (2008), a questão da pobreza urbana, presente em todas as regiões do globo, tem sido ao longo dos séculos, um dos mais marcantes problemas da sociedade. A pobreza é um fenómeno pluridimensional, visto que, apresenta formas diferenciadas conforme o contexto económico-social, assumindo especificidades próprias de acordo com as especificidades dos grupos sócias. O combate à pobreza urbana constitui um dos principais desafios do Governo, na sua acção visando à promoção do bem-estar de todos os cidadãos e o desenvolvimento de Moçambique.

Segundo o mesmo autor, pobreza resulta de uma combinação de factores, tais como, a incapacidade na economia de gerar postos de emprego suficientes e de criar condições de vida decentes a expansão demográfica não acompanhada de provisão de infra-estruturas e serviços básicos.

2.1 Conceitos básicos

Para FERREIRA (1975), emprego é a maneira de prover a subsistência mediante um ordenado, salário ou outra remuneração a que se faz pelo trabalho regular em determinado serviço, ofício, função ou cargo. E segundo o mesmo autor renda é a importância recebida por pessoa ou entidade de forma periódica, como remuneração do trabalho, lucro de operações comerciais, etc, e denomina-se também fluxo de unidade monetária por unidade de tempo.

Para o SANDRONI (1999), empreendedorismo é uma arte de transformar dificuldades de terceiros em oportunidades de negócios.

Para o DOLABELA (1999), empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra entrepreneurship e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, suas origens, seu sistema de actividades, seu universo de actuação. Segundo o mesmo autor empreendedor é um indivíduo que envolve qualquer forma de inovação que tenha uma relação com a prosperidade da empresa.

Entende-se como cadeia de valor o conjunto interligado de todas as actividades que criam valor, desde uma fonte básica de matérias-primas, passando por fornecedores de componentes, até a entrega do produto final às mãos do consumidor, (SHANK e GOVINDARAJAN 1993).

Leasing - é um contrato segundo o qual uma pessoa jurídica arrenda a uma pessoa física, por tempo determinado, um bem comprado pela primeira de acordo com as indicações da segunda, cabendo ao arrendatário a opção de adquirir o bem arrendado finda o contrato, mediante um preço residual previamente fixado, (MARTINS, 2002).

Leasing financeiro – é um contrato pelo qual uma pessoa jurídica ou física, pretende utilizar determinado equipamento, comercial ou industrial, ou certo imóvel, consegue que uma instituição financeira o adquira, arrendando-o ao interessado por tempo determinado, possibilitando-se ao arrendatário, findo tal prazo, optar entre a devolução do bem mediante um preço residual, previamente fixado no contrato, (DINIZ, 2001).

De acordo com CHIUMENTO (2007), Leasing operacional é um acordo entre o fornecedor do bem e o cliente. O fornecedor fica responsável pelos riscos decorrentes do direito de propriedade (obsolescência, tecnologia, mercado de venda, etc.), além de prestar

assistência técnica ao cliente, através de treinamento de pessoal, reparos no equipamento e revisões periódicas, entre outras formas.

Políticas públicas - são ferramentas utilizadas pelo Estado para tomar acções com o objectivo de garantir os direitos fundamentais (individuais e colectivos) da sociedade, sendo que uma política pública reflecte algum tipo de acção governamental que tenha reflexos na sociedade, ou em partes dela, (RUEDIGER & RICCIO, 2005).

Segundo o estudo feito pelo Banco Mundial (2000) citado por COSTA (2001), o conceito da pobreza tem debatido ao longo do tempo e varia de acordo com características socioeconómicas de uma determinada economia.

E segundo o mesmo autor, a condição de pobreza tem sido interpretada como falta de acesso de bens necessários para obtenção de um outro padrão de vida mais elevado de rendimento ou de bem-estar, quer seja de bens humanos (acesso à educação), naturais (acesso à terra), acesso a infra-estruturas, sociais ou financeira como poupança e acesso a crédito, por parte das famílias pobres.

No caso de Moçambique, a pobreza é definida como impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidades de indivíduos, famílias e comunidades terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade. Ainda a pobreza em Moçambique será amplamente entendida como uma ausência do rendimento e bens necessários para atender às necessidades básicas; um sentimento de não ter voz e de impotência nas relações com as instituições da sociedade e do Estado; e uma vulnerabilidade face a choques adversos. Isto está próximo da definição ampla usada pelo Governo de Moçambique, que diz que a pobreza é a impossibilidade, devido a incapacidade ou falta de oportunidades, de indivíduos, agregados familiares e comunidades terem acesso as condições mínimas de acordo com as normas básicas da sociedade, (GDM, 2005).

Para GDM (2005), as condições sócio-económicos da pobreza e bem-estar urbanos são os resultados de complexos desenvolvimentos históricos, processos estruturais, políticos e económicos externos e das práticas da própria população o que respeita as relações sociais complexas e construções culturais.

O combate à pobreza urbana constitui um dos principais desafios do Governo, na sua acção visando a promoção do bem-estar de todos os cidadãos e o desenvolvimento de

Moçambique. A pobreza resulta de uma combinação de factores, tais como a incapacidade da economia gerar postos de emprego suficientes e de criar condições de vida decentes; a expansão demográfica não acompanhada de provisão de infra-estruturas e serviços básicos.

Para o INE, (2013), agregado familiar é o conjunto de pessoas que residem no mesmo tecto, que tenham ou não relações de parentesco, podendo ocupar na totalidade ou parte do alojamento e cujas despesas para a satisfação das necessidades essenciais são suportadas parcial ou totalmente em conjunto

De acordo com o mesmo autor comunidade local é um conjunto de pessoas ou famílias vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade, que partilham recursos diversos como a terra, as florestas e a água, tem interesses comuns em relação a esses recursos e estão enquadrados numa estruturação social.

E desenvolvimento sócio-económico é o processo de acumulação de capital (humano e físico) e incorporação do progresso técnico ao trabalho que leva ao aumento da produtividade, da renda, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento económico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. (PERREIRA, 2008).

Para SARACENO (2009), neste processo os esforços de uma população somam-se aos do governo, reduzindo as diferenças entre os pobres e os ricos, através do melhoramento das condições sociais, económicas e culturais da comunidade, permitindo que todos contribuam plenamente para o progresso social.

Ainda BRAGA (2002), defende que desenvolvimento local é um processo de ampliação contínua da capacidade de agregação de valores sobre a produção, baseado na utilização do potencial económico, humano, social e cultural existente em cada território específico de forma a criar mudanças estruturais e rendimentos crescentes às comunidades locais.

Projecto é um conjunto de actividades contínuas e interligadas a ser implantadas, voltadas a um objectivo de carácter social, educativo, económico, cultural, científico ou tecnológico. O projecto considera os mesmos elementos do programa, mas, em nível maior de especificidade, com prazo, cláusulas e equipe bem definidos, (GODOY & DUARTE, 2005).

2.2 Breve descrição das características do fundo de redução da pobreza urbana em Moçambique

De acordo com o PERPU (2010), acompanhado com o decreto ministerial nº: 90/2009, foi criado o fundo na materialização dos objectivos do governo orientados para o desenvolvimento do distrito, especificamente para produção de alimentos, geração de rendimentos e criação de postos de trabalho. Neste âmbito o PERPU (2010) com o artigo - 1 do mesmo decreto sustenta que, (o PERPU é uma instituição pública dotada de personalidades jurídicas, autonomia administrativa e financeira).

Segundo o PERPU (2010), o fundo urbano destina-se à captação e gestão de recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas nas comunidades locais nas zonas urbanas, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis por meio da criação do Fundo de Redução da Pobreza Urbana.

2.2.1. Plataformas constitucionais do fundo urbano

A decisão de alocação do Fundo Urbano para cada Município constitui uma decisão importante na história da política económica do Estado Moçambicano com impacto social e económico, entre os objectivos que se pretendem alcançar, com esta decisão de se alocar o fundo anualmente a cada Município, encontra-se os seguintes objectivos:

- a) Aumento de oportunidades de emprego;
- b) Melhorar o ambiente de negócios e os níveis de empregabilidade da mão-de-obra e
- c) Melhorar o sistema de protecção social básico.

Nos termos da Constituição da República, o Estado é um agente e actor activo na economia nacional e na promoção do crescimento e desenvolvimento económico e social do País. De acordo com o plasmado no nº:1 do artigo 96 da Constituição da República a política económica do Estado é dirigida à construção das bases fundamentais do desenvolvimento, à melhoria das condições de vida do povo. O nº: 2 do artigo supracitado refere que, sem prejuízo do desenvolvimento equilibrado, o Estado garante a distribuição da riqueza nacional, reconhecendo e valorizando o papel das zonas produtoras.

De acordo com PARPA (2008), a organização económica e social da República de Moçambique visa a satisfação das necessidades essenciais da população e a promoção do

bem-estar social e assenta entre outros princípios fundamentais, na acção do Estado como regulador e promotor do crescimento e desenvolvimento económico e social.

Esta intervenção do Governo não visa competir com os bancos, pois o Governo não vende dinheiro que é tarefa dos Bancos, mas sim construir as bases fundamentais do desenvolvimento, promover o crescimento e desenvolvimento económico e social, distribuir a riqueza nacional, reduzir as desigualdades sociais e regionais, consolidar a unidade nacional, e materializar a nossa Constituição Económica.

2.2.2 Enquadramento legal do fundo de redução da pobreza urbana

O Fundo de Redução da pobreza Urbana enquadra-se na operacionalização do processo da descentralização e desconcentração, pelo que a sua base legal assenta no Programa Estratégico da Redução da Pobreza Urbana conjugado com a lei dos órgãos locais do Estado, decretado na lei nº: 8/2003, que estabelece os princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões das províncias, distritos, postos administrativos e das Localidades.

De acordo com o disposto no nº: 1 do artigo 12 da Lei nº: 8/2003, o Município é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e é a base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique. Entre as competências do Governo Municipal elencadas no nº: 1 do artigo 39 da Lei nº: 8/2003 destacam-se:

- a) Aprovar as propostas do plano de desenvolvimento, plano de actividades e do orçamento do Município;
- b) Promover e apoiar as iniciativas de desenvolvimento local com a participação das comunidades e dos cidadãos na solução dos seus problemas.

2.3 Contributo sócio-económico do fundo de redução da pobreza urbana

A actuação do fundo de redução da pobreza urbana no contexto do contributo sócio-económico pode ser descrita em duas abordagens. A primeira, encontramos autores como BUARQUE (1999) e BRAGA (2002) destacando o papel técnico e racional de que o fundo de redução urbano exerce para o alcance de um desenvolvimento local em que a comunidade

participa activamente para a realização das suas aspirações e para a melhoria das suas condições de vidas.

Na segunda abordagem, autores como RIBEIRO & MARQUES (2002), CAMBA (2004) e CÂNDIDO (2010) apontam que o fundo da redução da pobreza urbano envia o empoderamento da população excluída bem como dos sectores discriminados como forma de reduzir as desigualdades e a exclusão social.

De acordo com BUARQUE (1999), a actuação do fundo urbano no contributo social faz parte do bem-estar social, pressupõe uma dinâmica de base local, na qual sejam estimuladas as diversidades económicas e sociais, através da mobilização das energias, exploração das capacidades e potencialidades específicas da população, gerando complementaridades de empreendimentos, a fim de se gerar cadeias sustentáveis de iniciativas que promovam o bem-estar dos cidadãos.

O fundo urbano está voltado para a assessoria e suporte técnico às iniciativas dos actores locais, dotando-os de competências técnicas diferenciadas, elevando as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local e por via disto, a renda e as formas de geração de postos de emprego aumentam, fazendo com que haja uma dinâmica económica local e uma melhoria da qualidade de vida da população.

Do ponto de vista de BRAGA (2002), a participação dos actores locais no processo de desenvolvimento sócio-económico não somente gera o bem-estar dos cidadãos mas também proporciona a inclusão e equilíbrio social. Para o mesmo autor, a participação dos actores locais torna-se preponderante para que se alcance a inclusão e a equidade social e por via destes um desenvolvimento de dentro para fora, em que a comunidade participa no desenho e na implementação de políticas favoráveis, a partir da utilização dos potenciais económicos, humanos, culturais e sócias locais.

2.3.1 Natureza

Segundo o PERPU (2010), conjugado com o artigo – 1, decretado no artigo nº: 90 2009, o fundo de redução da pobreza urbana é um fundo público, dotada em personalidades jurídicas, autonomia administrativa e financeira, e funciona em cada Município junto do Governo Municipal.

O objecto do fundo urbano é a captação e gestão dos recursos provenientes do Orçamento do Estado (OE), dos reembolsos dos empréstimos concedidos e fundos concedidos por instituições nacionais ou internacionais a título de donativo conforme dispõe o artigo nº: 2 do Decreto nº: 90/2009.

2.3.2. Objectivo

De acordo com DENGBO (2002), o PERPU, conjugado com o decreto nº: 1 do artigo 4, o fundo urbano tem por objectivo:

- a) Aumentar as oportunidades de emprego e os níveis de empregabilidade de mão-de-obra;
- b) Melhorar a educação de base, das competências técnicas e de formação em gestão, como incentivo para produzir e vender. Os municípios podem recorrer às instituições vocacionadas para desenvolver acções de formação profissional e técnica, como é o caso do INEFP, e de outras instituições públicas e privadas. Poderão igualmente recorrer a pacotes de formação disponíveis dentro e fora do País (INEFP, PIREPOIT e PNUD);
- c) Privilegiar o suporte às associações de produtores em operações que permitem a estes últimos reduzir custos na aquisição de insumos, no processamento, na actividade de serviços excepto o comércio.
- d) Financiar as iniciativas empreendedoras provadas como: famílias vulneráveis,
- e) Contribuir para a formalização da economia e a expansão do emprego sustentável.

Entre os benefícios do fundo urbano pode-se destacar, a inclusão social, económica e o seu objectivo social. O mesmo não acontece com o crédito bancário, onde a abordagem é económica e lucrativo.

III. METODOLOGIA

3.1. Descrição da área de estudo

O Município da Cidade de Inhambane, está localizado na zona central da Província de Inhambane e é a capital provincial. Está limitado ao norte e oeste pela Baía de Inhambane, ao sul pelo distrito de Jangamo através do rio Guiúa e a este pelo Oceano Indico na latitude 23 a 50° e sul longitude 35 a 30°. O Município possui uma superfície de 192 km² com uma população de 72.508 habitantes dos quais 38.604 correspondem a população feminina e 33.904 correspondem a população masculina representando uma densidade populacional de 371.7km². (INE, 2011).

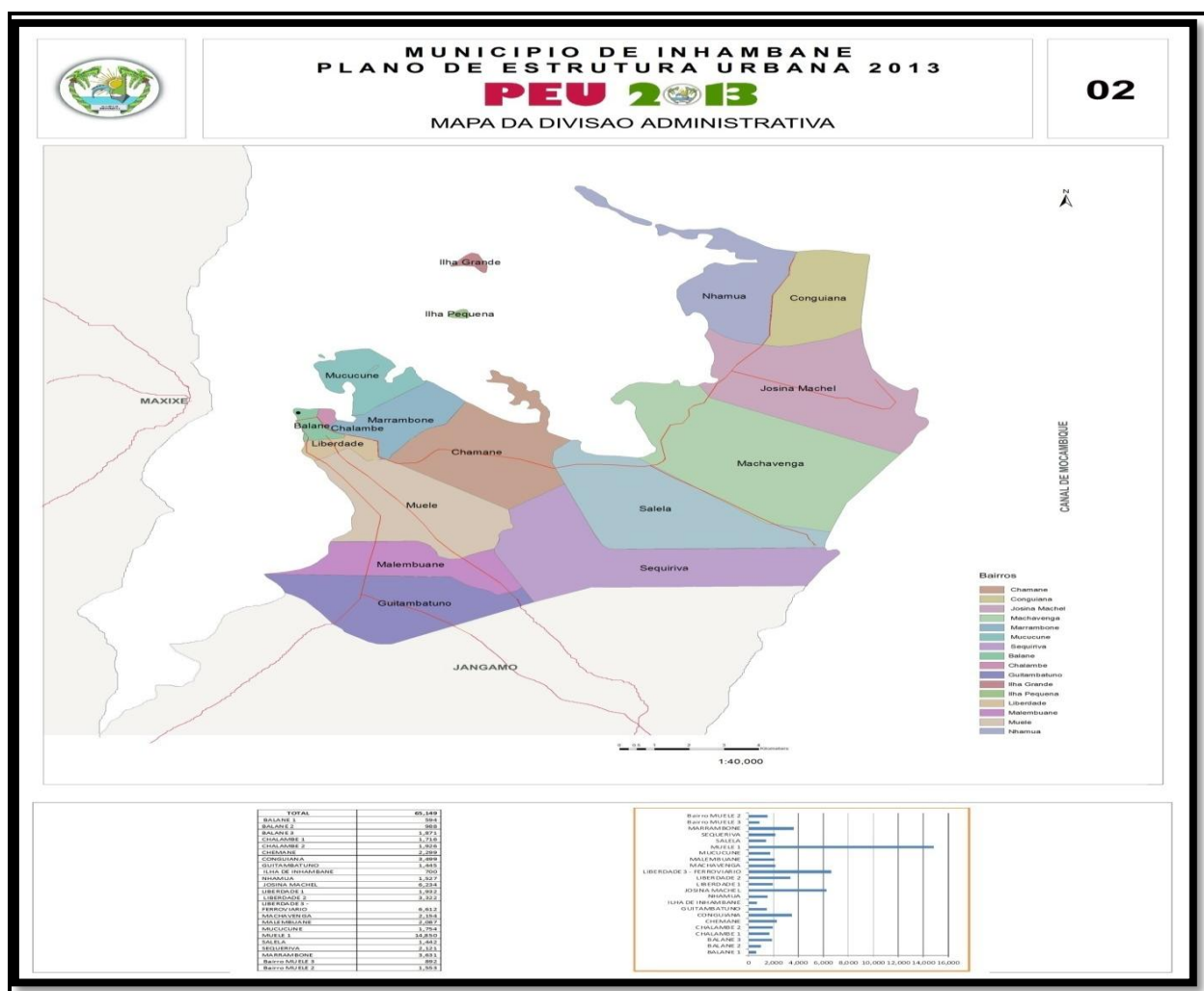


Figura - 1: Mapa do Município da Cidade de Inhambane.

Fonte: PDD, (2011).

3.1.1. Divisão Administrativa

O Município da cidade de Inhambane é composto por 23 bairros nomeadamente: Chalambe - 1, Chalambe - 2, Liberdade - 1, Liberdade - 2, Liberdade - 3, Muelé - 1, Muelé - 2, Muelé - 3, Guitembatuano, Matembuane, Mucucune, Marrambone, Chamane, Salela, Machavenga, Siquiriva, Josina Machel, Conguina, Nhamúá, Ilha de Inhambane, Balane - 1, Balane - 2, Balane - 3. A zona urbana abrange o bairro central e toda a parte da cidade cimento. A rede de transporte é constituída por 3 vias principais: EN 259 que liga o centro do Município e a praia do Tofo, a EN - 101, que estabelece ligação entre o Município e Lindela e a via que liga a praia de Guinjata.

3.1.2. Características climáticas

3.1.2.1. Clima

Segundo o perfil do município de Inhambane 2005, o clima do Município de Inhambane é do tipo tropical húmido modificado pela altitude, caracterizado por épocas frias e muito chuvosas, o que toma as condições meteorológicas locais muito próximas aos continentes Europeu e Americano.

3.1.2.2. Relevo e Solo

Os solos são misturadas com matéria inorgânica e de compostos orgânicos, esta composição tem muita influência na sua função tanto como meios de circulação de fluidos assim como na interação com compostos químicos presentes nesses fluidos. A mesma composição define largamente o potencial para o uso de solos para a agricultura e outros fins.

Segundo o Ministério de Administração Estatal, (2005), a Província de Inhambane, distingue se 03 maiores agrupamentos de solos nomeadamente os solos da mananga (ocupando o interior da província); solos argilosos vermelhos (maioritariamente no distrito de Inhassoro); e os solos arenosos - fase dunar (ao longo da zona costeira onde a cidade de Inhambane é parte integrante). Os solos arenosos, ocorrem ao longo de toda a zona costeira do Município de Inhambane, com maior expressão nas praias de Tofo, Barra, Rocha e Tofinho. A temperatura média mensal máxima é de 26,97c° e a mínima é de 20,3c° e a precipitação média anual é de 926,8mm. No que refere á hidrologia há que destacar os rios Guiúá e Salela, para além, de várias lagoas, tais como Chivanene, Cumbe e Pembane.

3.2 Métodos de colecta de dados

A realização do presente trabalho, foi feita numa perspectiva multidisciplinar, privilegiando simultaneamente abordagem sobre análise do contributo sócio-económico do Fundo de Redução da Pobreza Urbana na cidade de Inhambane, no período em estudo, sendo assim foi usado o método qualitativo e quantitativo.

3.2.1 Métodos

Segundo MARCONI & LAKATOS (2002), o método qualitativo difere do quantitativo, visto que o método qualitativo não leva em conta os instrumentos estatísticos, mas também pela forma de colecta e análise dos dados que ela faz.

Segundo GIL (2003), o método quantitativo consiste no uso de análise estatística, sendo que, fundamenta-se na aplicação de teorias estatísticas de probabilidades e constitui importante auxílio na investigação das ciências sociais, por tanto, no presente trabalho o método qualitativo, permitiu analisar a melhoria das condições de vida nos beneficiários a nível local e nível de benefícios económico-sociais que trazem melhoria nas condições de habitação. O método quantitativo permitiu analisar o número de projectos financiados para cada área de actividades a nível local, assim como o nível de emprego criado por estas actividades em benefícios dos mesmos. Sendo assim, os dados foram transportados para o *Microsoft Excel (2007)* “*softwares data analysis*” para possibilitar o processamento estatístico.

De acordo com Valle, (2010), o *Microsoft Excel (2007)* é um programa que faz parte do pacote de programas do *Microsoft Office (2007)*, dedicado a criação de planilhas de cálculos, além de fornecer gráficos, função de banco de dados e outras funções para facilitar e simplificar os cálculos quotidianos. Com este programa permitiu a determinação dos níveis de projectos financiados, níveis de emprego criado em cada área de actividade e na determinação dos valores percentuais assim como na construção de gráficos e tabelas.

O uso do método descritivo permitiu a narração das informações observadas e colhidas na área de estudo por uso de meio de inquéritos, observação directa e entrevistas semi-estruturadas, em quanto que, com método comparativo consistiu na confrontação de abordagens literárias patentes nas diferentes obras face aos resultados obtidos no trabalho de campo.

A revisão bibliográfica consistiu na consulta da informação electrónica disponível na internet, nas obras feitas e nas literaturas que falam sobre o contributo sócio-económico do Fundo de Redução da Pobreza Urbana. E o presente trabalho consistiu em visitas directas a Direção do Conselho Municipal da cidade de Inhambane

3.2.2. Tamanho da amostra

Para obtenção do tamanho da amostra obedeceu-se o raciocínio de Macucule (1998), onde afirma que amostragem mínima para o estudo depende do número total da população local em que pretende-se estudar, onde define-se 15% da amostra se a população total abrangida não for superior a 100, e 10 % se estiver no intervalo de 100 a 500 e 5% se for superior a 500. E a escolha da amostra baseou-se na amostragem não probabilística, que segundo GIL (2006), não apresenta fundamentação matemática ou estatística, ela consiste em apresentar os dados dependendo unicamente de critérios do pesquisador, visto que apresenta vantagens sobretudo no que refere-se aos custos e o tempo despendido. Neste trabalho quanto a fonte de dados para esta pesquisa, foi seleccionada uma amostra de (130) beneficiários do fundo nos mil quinhentos oitenta e um (1581) projectos dos beneficiários do fundo na cidade de Inhambane em diferentes áreas de actividades, o que constitui um universo de todos projectos que foram concedidos o crédito a nível da cidade. A amostra foi feita de forma a seleccionar todos os beneficiários de cada área de actividade dos projectos financiados, ou seja, cada beneficiado do fundo em cada área de actividade do projecto possui citações de ser seleccionado o outro beneficiado para amostra, (vide a tabela - 01, a baixo).

Tabela - 01: Determinação do tamanho da amostra

Projectos Fecidos	Nº de Projectos	Percentagem (15 a 10%)	Tamanho da Amostra
Agricultura	174	0.1	17.4
Pecuária	279	0.1	27.9
Pesca	177	0.1	17.7
Turismo	61	0.15	9.15
Comercio	620	0.05	31
Pequenas Industrias	162	0.1	16.2
Prestação de serviços	108	0.1	10.8
Total	1581		130

Fonte: Autora.

Para obtenção do tamanho da amostra obedeceu-se o raciocínio de Macucule (1998), onde afirma que amostragem mínima para o estudo depende do número total da população local em que pretende-se estudar, onde define-se 15% da amostra se a população total abrangida não for superior a 100, e 10 % se estiver no intervalo de 100 a 500 e 5% se for superior a 500.

A escolha da amostra baseou-se na amostragem não probabilística, que segundo GIL (2006), não apresenta fundamentação matemática ou estatística, ela consiste em apresentar os dados dependendo unicamente de critérios do pesquisador, visto que apresenta vantagens sobretudo no que refere-se aos custos e o tempo despendido.

Neste trabalho quanto a fonte de dados para esta pesquisa, foi seleccionada uma amostra de (130) beneficiários do fundo, dos mil quinhentos oitenta e um (1581) projectos beneficiados pelo fundo na cidade de Inhambane em diferentes áreas de actividades, o que constitui um universo de todos projectos que foram concedidos o crédito a nível da cidade.

A amostra foi feita de forma a seleccionar todos os beneficiários de cada área de actividade dos projectos financiados, ou seja, cada beneficiário do fundo em cada área de actividade do projecto possui citações iguais de ser seleccionado para a amostra, (vide a tabela-1, a cima).

3.3. Recolha de dados

Para a recolha de dados no presente trabalho usou-se amostragem aleatória estratificada, que segundo MARGARIDA POCINHO (2009), esta amostragem utiliza-se quando a população possui mesmas características que permitem a criação de subconjuntos, já que, neste caso as amostras extraídas por amostragem simples são menos representativa, com efeito a amostragem aleatória estratificada é mais uma variante da amostra aleatória simples, uma vez que após a divisão da população alvo em subgrupos homogéneos chamados “estratos”, a seguir se tira de forma aleatória uma amostra de cada estrato em estudar, e não só, consiste também em seleccionar os elementos da amostra em vários estratos e em número proporcional ao tamanho de cada um dos estratos a estudá-los a nível local. No presente trabalho foi usado os seguintes critérios (entrevista semi-estruturada directa cara-a-cara, levantamento bibliográfico e consulta documental).

3.3.1. Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente, (GIL, 2008).

Segundo LAKATOS & MARCONI (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados actuais e relevantes relacionados com o tema e o estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica ou seja selecção de obra pertinente ao alcance dos objectivos propostos foi realizada com vista a obter uma gama de informação que possibilita-se a sustentação do presente trabalho referente ao tema em análise.

3.3.2 Pesquisa documental

Segundo LAKATOS & MARCONI (2003), a característica da pesquisa documental é que a fonte de colecta de dados está restrita a documentos escritos, constituindo o que se denomina de fontes primárias. A pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registos cursivos, que são persistentes e continuados sendo exemplos clássicos dessa modalidade de

registo dos documentos elaborados por agências governamentais bem como vale-se de registos episódicos e privados, constituídos principalmente por documentos pessoais e por imagens visuais produzidas pelos meios de comunicação, (GIL, 2008).

Para a recolha de dados foram consultados relatórios de entidades governamentais como é o caso da Direcção do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane e relatórios ao tema em análise, também foram consultados alguns relatórios de registos passados referentes aos beneficiários do fundo a nível da cidade de Inhambane no período em análise, no caso dos registos administrativos, contabilístico etc.

3.3.3 Entrevista semi-estruturada

Conforme LAKATOS e MARCONI (2003), a entrevista possui maior flexibilidade e o entrevistado não precisa saber ler ou escrever, dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos, e pelo facto de os dados poderem ser quantificados e submetidos a tratamento estatístico. E as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de decorrer sobre o tema proposto, a técnica de entrevista semi-estruturada também tem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos além de que possibilita uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados. O presente trabalho, permitiu a realização da entrevista ao gestor do Fundo de Redução da Pobreza Urbano da cidade de Inhambane e aos beneficiários do fundo a nível local, facilitando dessa forma melhor informação que possibilitou a realização do trabalho. Ainda a escolha desta técnica possibilitou a obtenção de dados quantificáveis, em que por outro lado a natureza das questões colocadas permitiu maior liberdade aos entrevistados em dar os seus pontos de vistas e com isso foi possível explorar dados de natureza confidencial com mais profundidades.

3.4. Análise de dados

Para a análise dos dados, no presente trabalho recorreu-se à técnica estatística que segundo GIL (2008), constitui notável contribuição não apenas para a caracterização e resumo dos dados, como também para o estudo das relações que existem entre as variáveis e para verificar em que medida as conclusões podem estender-se para além da amostra considerada.

Para a análise dos dados foi usado o pacote estatístico MS-Excel com vista a representar os dados colhidos em formas de gráficos e tabelas.

Tabela 02: Variáveis em estudo

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes
<ul style="list-style-type: none">• Número dos Projectos financiados.	<ul style="list-style-type: none">• Número de emprego gerado em cada área de actividade;• Benefícios qualitativos impulsionado a nível local.

Fonte: Autora.

3.5. Limitações do trabalho

O presente trabalho teve como limitações, a dificuldade de transibilidade nos dias chuvosos. Devido ao fluxo das actividades nos outros dias que visitava os beneficiários do fundo a nível da cidade, houve dificuldades na obtenção de dados relativos a renda por parte dos mutuários, visto que não foi possível obter informações sobre o nível de produção e preço de venda, é dessa forma que não consta no trabalho o indicador renda dos beneficiários do Fundo.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Critérios de financiamento do fundo de redução da pobreza urbano da cidade de Inhambane

4.1.1 Características dos beneficiários do fundo

Segundo a direcção do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, a idade dos beneficiários do Fundo Urbano na cidade de Inhambane varia de 18 anos para frente, onde metade dos inquiridos tem idade inferior a 50 anos. E quanto ao nível de escolaridade dos beneficiários inqueridos não tem a 12ª classe. No que diz respeito à habitação, o maior número dos beneficiários vive em casas de caniço e cobertas de chapa de zinco.

Questionados sobre as razões que os levaram aderirem a essa iniciativa de se beneficiarem do fundo nas diferentes áreas de actividades económica, os inquiridos fizeram referência à falta de emprego, que lhes forçou a recorrer ao quotidiano vivido durante a infância, pois, na experiencia ligado as áreas de actividades que cada beneficiado actua, os entrevistados referenciaram-se por terem desde sua infância, e uma boa parte dos actuais agricultores, pescadores, comerciantes etc, acompanhavam os seus pais, tios ou muitas das vezes os avôs e irmãos mais velhos, para observá-los durante as actividades.

Sendo assim, foi ao longo deste processo que a maioria dos beneficiários começaram a apropriar-se dos conhecimentos das áreas de actividades em que actua, e este processo de aprendizagem desenvolveu-se informalmente, ou seja, a experiência dos mais velhos foi transmitida na prática aos iniciantes. Importa ainda referir que maior parte dos beneficiários do fundo por diferentes áreas de actividades financiado do fundo são homens e na maior parte das mulheres estão ligadas a área dos projectos de comércio.

4.1.2. Critérios de financiamento na aquisição do fundo

4.1.2.1. Critérios

Segundo a direcção do Fundo Urbano no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, os critérios de elegibilidade dos beneficiários do Fundo Urbano na área em estudo são necessário os seguintes requisitos:

- a) **Singular** – a pessoa deve ser residente na unidade territorial onde pretende implementar o projecto, confirmado pelas autoridades locais do município, possuir nacionalidade moçambicana, ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais, ter idade não inferior a 18 anos, possuir NUIT, possuir uma conta bancária, ter autoridade jurídica, autorização para exercer a actividade, não ter passado incidentes com a banca, preencher o formulário de pedido de financiamento, possuir um Bilhete de identidade, idoneidade e impacto social e económico da zona de implantação do projecto.
- b) **Para associações e micro ou pequenas empresas** – deve estar legalmente registadas e com uma estrutura de organização e gestão consolidada observável a partir do núcleo central dos membros das associações, os membros devem ser residentes no território do Distrito Municipal onde se pretende implementar o projecto e com a residência confirmada pelas autoridades locais, operar no território onde se pretende implementar o projecto, ser constituídas por cidadãos nacionais e possuir NUIT.

Então sendo assim, feita esta conclusão vai de acordo com PERPU (2010), conjugado com o decreto nº: 1 do artigo 39 da lei nº: 8/2003 decretado pelo Estado, o qual defende que o fundo de redução da pobreza urbana deve promover e apoiar as iniciativas de desenvolvimento local com a participação das comunidades e em particular famílias locais na solução dos seus problemas.

Ainda o PERPU (2010), defende que o fundo urbano foi criado na materialização dos objectivos do governo orientado para o contributo sócio-económico do distrito a nível local, especificamente para produção de alimentos, geração de rendimentos e criação de postos de trabalho.

4.1.2.2 Critérios de elegibilidade de projectos para aquisição do fundo na cidade de Inhambane

Os dados mostram que o fundo urbano na cidade de Inhambane, tem financiado acções que concorram para geração de emprego permanente e sazonal na produção de comida e geração de renda para os produtores e suas famílias. Ainda os dados mostram que os projectos legíveis os que o fundo urbano na cidade de Inhambane está estritamente ligado ao contributo sócio-económico local com impacto no quadro do combate à pobreza e em sintonia nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Distrito, e são financiados projectos de alta individualidade, associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecidas pelo Governo do Distrito em estreita com a colaboração das autoridades comunitárias locais.

4.1.2.2.1 Projectos prioritários

Segundo os dados recolhidos no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane juntamente com o sector do Fundo Urbano, mostram que as áreas de projectos financiados mais prioritários do fundo na cidade são: Agricultura, comercio, pecuária, pequenas industria, prestações de serviços, turismo e pesca.

E quanto aos projectos beneficiados do Fundo na área em estudo, na geração de emprego são todas as iniciativas que concorrem para a criação de emprego sazonais ou permanentes, postos de trabalho e elevação da renda das famílias, das associações e das pequenas empresas locais. Estes projectos simultaneamente estimulam o empreendedorismo, geração de rendimento e emprego sustentável para a população local.

E os dados mostram que, nos projectos ligado a produção de comida são todas as iniciativas cuja natureza final é o incremento sustentável dos níveis de produção e produtividade, aprovisionamento de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, insumos de pesca, conservação e armazenamento dos produtos alimentares, mediante o uso de tecnologias melhoradas e adequadas à realidade local nas famílias.

4.2. Linhas de crédito Fornecidos pelo Fundo da Redução da Pobreza Urbana na cidade de Inhambane

4.2.1 Sistema de crédito rotativo

Segundo o Plano Estratégico para Redução da Pobreza Urbano (2010), os princípios básicos de operacionalização do sistema no objecto de financiamento do fundo são:

a) Acumulação de capital

O fundo rotativo acumula capital para emprestar os montantes, proveniente das amortizações pagas pelos beneficiários da primeira volta, aos outros proponentes.

b) Uso dos empréstimos

Os empréstimos são destinados aos beneficiários da cadeia de valor de cada área de actividade dos proponentes dos projectos financiado pelo fundo, onde são unicamente atribuídos aos membros do grupo já identificado que necessitam.

c) Condições básicas para o fundo

Ainda para o PERPU (2010), as condições básicas após aquisição do fundo, os beneficiários são aplicados algumas taxas, período de pagamento de acordo com a área de actividade de cada projecto que o beneficiário pretende desenvolver.

E quanto ao período de deferimento depende dos resultados dos estudos específicos a realizar no terreno, mas é necessário ter em conta os juros acumulados ao longo do período de deferimento, portanto, o período de deferimento varia em cada área de actividade de cada projecto e também dependendo do nível do valor de empréstimo.

Segundo os dados recolhido no Conselho Municipal na administração do Fundo da Redução da Pobreza Urbano, o valor concedido aos beneficiários são fixados os seguintes limites máximos indicativos de financiamento por categoria de actividade, vide a tabela – 04 abaixo. O Conselho Municipal da cidade de Inhambane em conformidade com as condições específicas de cada projecto procede a ajustamentos pontuais para cada área de actividade a concessão do valor aos beneficiários. Nestes casos, a proposta de ajustamento é submetida na Assembleia Municipal para a aprovação.

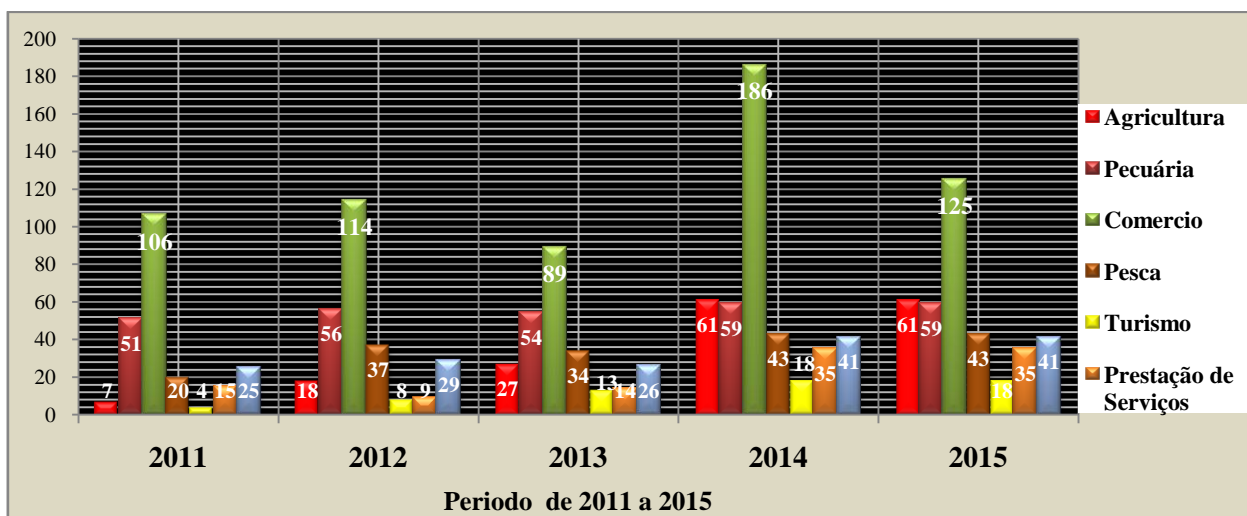
E quanto as taxas de juros a aplicadas para todos os projectos financiados no âmbito do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbano na cidade de Inhambane, varia num valor de 3 a 5% sobre o montante concedido de acordo com a natureza do projecto, este valor é consistente com as taxas em vigor no Fundo de Desenvolvimento Distrital em aplicação em todos os distritos do País. A tabela – 04 abaixo, mostra a combinação das actividades legíveis com as correspondentes taxas de juros e os limites indicativos do financiamento para áreas de projectos (singulares e colectivos).

Tabela - 03: Limites indicativos de financiamento

Sector/Actividades	Limite máximo de Financiamento para cada área de actividade (Mts)				
	Projectos Singulares	Associações & Micro e Pequenas Empresas	Taxa de juro (%)	Período de reembolso	Período de Carência
Agricultura	750.000	1.000.000	3	10 Anos	2 Anos
Pecuária	100.000	350.000	3	4 Anos	5 Meses
Comercio	50.000	50.000	5	5 Anos	2 Meses
Pesca	100.000	300.000	3	5 Anos	3 Meses
Turismo	100.000	150.000	5	1 Ano e 5 meses	2 Meses
Prestação de Serviços	200.000	300.000	5	2 Anos	1 Mes
Peq. Industria	50.000	80.000	3	5 Anos	3 Meses

Fonte: Autora.

Gráfico - 01: Nível de financiamento em diferentes áreas de projectos, 2011 a 2015



Fonte: Autora.

Os dados no gráfico 1, mostram o nível de evolução de financiamento em diferentes áreas de actividades financiados pelo Fundo da Redução da Pobreza Urbana a nível da cidade de Inhambane no período em análise, onde o maior número de projectos financiados são os que actuam na área do comércio em todos os anos, sendo que, os projectos ligado actividade turística apresentam-se com menor número de beneficiados do Fundo em todos os períodos.

Por tanto, outra razão que permite maior financiamento nos projectos de actividade comercial é por ser a principal actividade económica praticada pelos beneficiários nesta cidade, e ainda os praticantes desta actividade afirmaram que possuem rendimentos flexíveis comparativamente com as outras áreas de actividades, visto que as pessoas demandam diariamente bens de consumo e bens duradouros.

Devido aos hábitos e costumes da cidade, a actividade turística é menos praticada dado que a população local na sua maioria possui uma cultura tradicional que na sua maioria olha como sendo uma actividade que não traz bons rendimentos para os seus agregados familiares.

Portanto, pode-se afirmar que maior parte dos beneficiários pelo fundo entrevistados não tem acesso ao fundo no tempo e hora. Esta conclusão vai ao encontro do estudo feito pelo autor DENGBOLO (2002), segundo a qual indica o objectivo do fundo urbana para as famílias locais, este sector de financiamento tem sido sistematicamente negligenciado pelos gestores das micro-empresas, que favorecem os sectores das áreas de actividades dos projectos.

Sendo que, a existência do fundo na cidade de Inhambane torna-se um ponto estratégico para a efectivação de diferentes projectos em actuação, a participação de diferentes camadas sociais na aquisição do fundo torna-se mais positivo para o desenvolvimento social.

Tal que, CUNGUARA e HANLON (2010), defendem uma transformação urgente na agricultura e comércio moçambicana através da promoção dos serviços agro-processadoras e incremento da produção e produtividade para reverter o cenário existente.

Por seu turno, o GOM (2008) e MANJATE (2014), através do Plano de Acção para a Produção de Alimentos “PAPA” e desedificação do comércio a nível interno e internacional defende a transformação da agricultura e comércio em Moçambique para torná-la mais produtiva, dentre outras acções poderá também ser conseguida através da utilização de fundos de crédito mais melhorados e adequados nas condições e capacidades das famílias locais.

Com tudo, do ponto de vista de BRAGA (2002), defende também que a participação dos actores locais no processo de desenvolvimento sócio-económico não somente gera o bem-estar dos cidadãos, mas também proporciona a inclusão e equilíbrio social. Para o mesmo autor, a participação dos actores locais torna-se preponderante para que se alcance a inclusão e a equidade social e por via destes um desenvolvimento dentro para fora, em que a comunidade participa no desenho e na implementação de políticas favoráveis, a partir da utilização das potencialidades económicas, humanas, culturais e sociais locais.

4.3 Impacto do fundo de redução da pobreza urbana na geração de emprego e na melhoria das condições de vida nas famílias locais

4.3.1 Impacto do fundo na geração de emprego

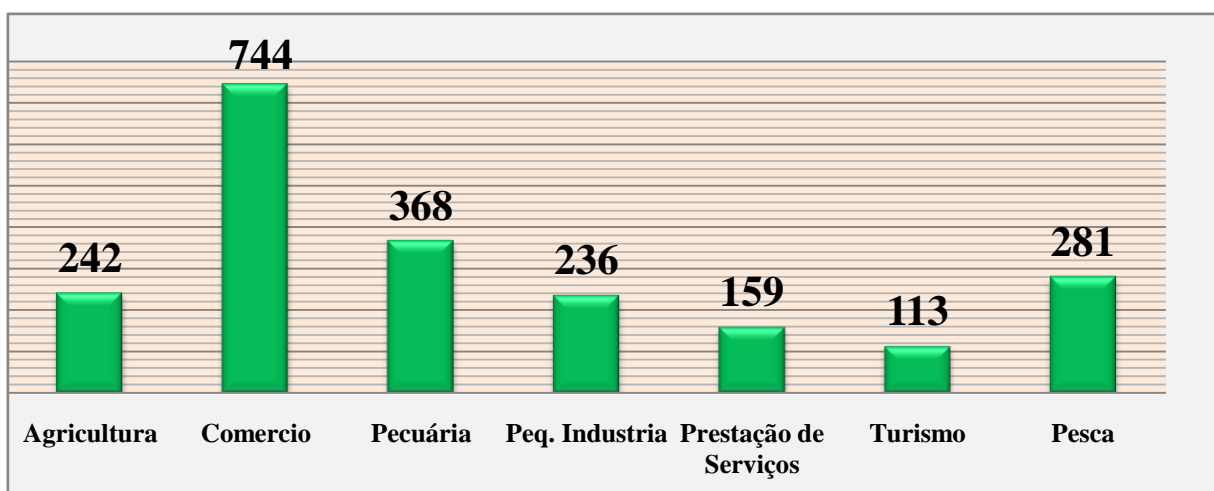
Existe uma elevada crença de que, uma vez que os fundos de investimento tenham sido desembolsos para os municípios, eles automaticamente fluem para os mais carenciados e todo o resto acontece automaticamente (mais emprego, produção, renda, mais participação e assim como melhoramento do bem estar das famílias locais).

O estudo constatou que a falta de relatórios sistemáticos de acompanhamento e de avaliação de projectos em curso ou já realizados na cidade de Inhambane, faz com que a referência aos impactos seja feita com um discurso globalizado e com base em índices como o aumento de emprego e melhoria das condições de vida.

Em muitos casos, o emprego inclui o proprietário e, noutros casos contabiliza se os membros das associações beneficiárias mas que já existiam antes do fundo urbana o que certamente aumenta o volume de emprego criado por estas iniciativas.

Em alguns casos, torna-se difícil distinguir a natureza do emprego, se é ocasional ou permanente, familiar ou não. Para compreender melhor a contribuição do FERPU na geração de emprego analisou-se o número de empregos criados através das linhas dos projectos financiados no período em análise, conforme mostra a tabela 4, gráfico 1 acima e o gráfico 2 abaixo.

Gráfico - 02: Nível de emprego para cada área de actividade, 2011 a 2015



Fonte: Autora.

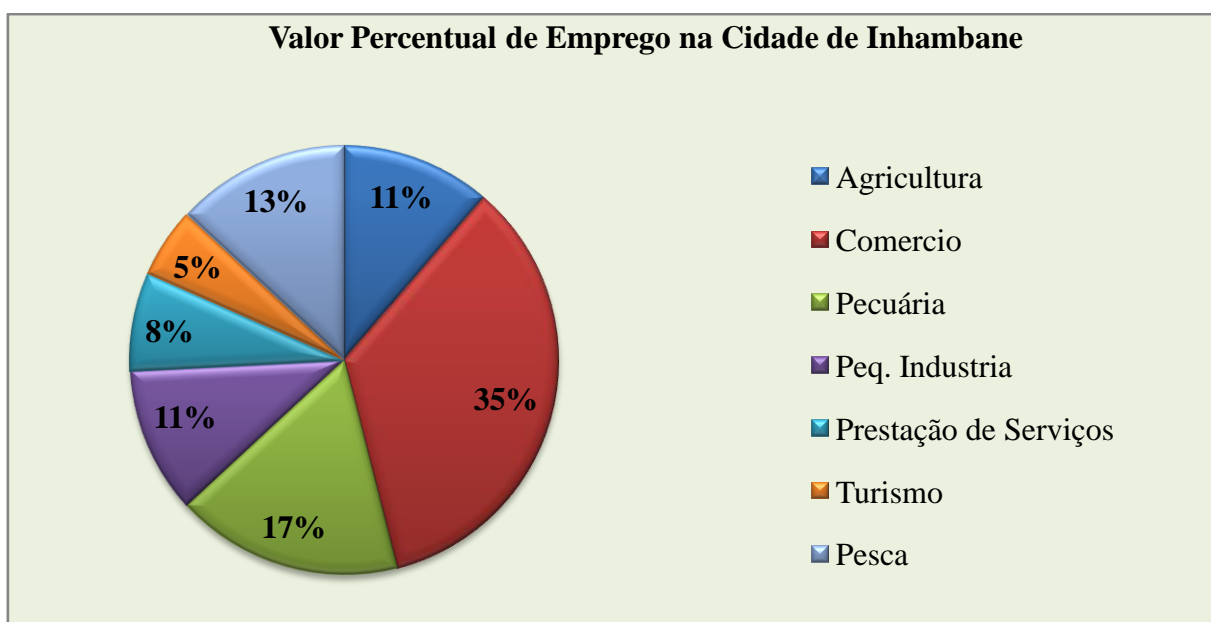
No gráfico 2 acima, observa-se nível de emprego ao longo do período em estudo, tendo-se verificado 242 postos de emprego na área de agricultura, 744 na área de comércio, 368 na pecuária, 236 nas pequenas indústrias, 159 na prestação de serviços, 113 na área de turismo e 281 no turismo durante o período em estudo. Sendo que, o comércio foi a área em que se verificou um número maior em termos de postos de trabalho no período em análise, devido ao seu nível da procura e nível de projectos que se beneficiaram do fundo.

A actividade turística foi a que verifica o menor pico em termos de postos de emprego criados num valor de 113, deveu-se ao tipo da área de financiamento dos projectos, facto que condicionou para um número baixo dos postos de trabalho, o total de número de emprego oferecido com a locação do fundo a nível da cidade de Inhambane no período em estudo foi cerca de mil oitocentos e sessenta e dois (1862) postos de emprego de 2011 à 2015.

Ainda o gráfico mostra as tendências do nível de emprego a nível local, sendo que a actividade turística e prestação de serviços pouco contribuem no factor emprego, como se pode ver no gráfico 2, são poucos os beneficiários que dedicam-se a estas actividades económicas.

No entanto, em termos reais quanto aos valores percentuais na evolução de emprego conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico - 03: Valor percentual de emprego nas áreas de actividades, 2011 à 2015



Fonte: Autora.

O resultado do gráfico 3 juntamente com a tabela 7 no anexo, mostra uma tendência de um aumento de postos de emprego na cidade de Inhambane numa percentagem de 35% na área de comércio, sendo a área com um pico elevado em termos de emprego a nível das linhas de financiamentos, 17% na pecuária, 11% nas áreas de pequenas indústrias e agricultura, 13% na pesca, 8% na prestação de serviços e 5% no turismo, sendo a área onde verifica-se um nível reduzido comparando com as outras no período em estudo.

De acordo com os dados que o gráfico 3 acima nos mostra, verificou-se uma redução na área de turismo numa percentagem de 5% sendo o período que se obteve menor taxa de emprego. Em contrapartida observou-se também um incremento notório nas áreas de comércio, agricultura, pesca.

Sendo assim, com forme os dados nas tabelas acima e nos respectivos gráficos – 1 a 3 acima, mostram uma tendência do contributo sócio-económico do fundo de redução da pobreza urbana numa linha positiva, visto que, durante o período em análise verifica-se um aumento de emprego a nível local o que impulsiona no aumento da renda das famílias a nível da cidade de Inhambane.

Tal que, ENGBOL *et al* (2002), PERPU, conjugado com o decreto nº: 1 do artigo 4, o fundo urbano tem por objectivo: Aumentar as oportunidades de emprego e os níveis de empregabilidade de mão-de-obra,

Segundo o mesmo autor o FRPU tem como objectivo, melhorar a educação de base, das competências técnicas e de formação em gestão, como incentivo para produzir e vender, privilegiar o suporte às associações de produtores em operações que permitem a estes últimos reduzir custos na aquisição de insumos, no processamento, na actividade de serviços excepto o comércio, financiar as iniciativas empreendedoras provadas como: famílias vulneráveis e contribuir para a formalização da economia e a expansão do emprego sustentável a nível local.

Por tanto, conclui-se que os dados mostram uma oscilação em todo o período em estudo tanto no número de projectos quanto no número de empregos gerados, sendo que cada projecto implementado gera em média um emprego, situação que acontece pelo facto de serem financiados mais projectos virados para o comércio, pecuária e agricultura, enquanto a mesma é frequentemente praticada com o auxílio da mão-de-obra familiar ou em pequenos grupos formados por amizades diferente do comércio que muita das vezes a mão-de-obra é controlada por quem esteja apta para realizar aquela actividade.

Embora o número de empregos seja relativamente menor em algumas áreas de actividades, os projectos implementados a nível da cidade serviram de vectores para alavancar e dinamizar a base económica local, mesmo que seja em estágios menores.

A melhoria no aumento de alguns projectos na área de prestação dos serviços trouxe como resultados uma rápida e sensível melhoria nas condições de vida daquelas comunidades, desde os aspectos relacionados a saúde, ao saneamento do meio, bem como a realização de actividades económicas.

4.3.2 Impacto do fundo na melhoria das condições de vida nas famílias locais

Os dados da pesquisa mostram que, o FRPU, na cidade de Inhambane é rentável visto que, consegue-se manter a remuneração mensal na sustentabilidade económico e social no sector familiar assim como na garantia de emprego a nível local.

- a) **Na saúde** - com a implementação do Fundo da Redução da Pobreza Urbano, houve criação de projectos em diferentes áreas de actividades, o que permitiu a garantia de saúde e bem-estar das famílias locais.

- b) **Na educação** – com a entrada do Fundo da Redução da Pobreza Urbano, permitiu uma plataforma mútua nas famílias, o que possibilitou a garantia de pagamento da escola nas famílias locais a partir do rendimento que ganha nas actividades por desenvolver, pagamento do material escolar (cadernos, uniforme, lápis, borrachas, pastas, etc.)

Sendo assim, esta conclusão vai ao pensamento do Abrahamsson e Nilsson, (1994), que indica o contributo sócio-económico do Fundo de Redução da Pobreza Urbano nas famílias locais, como um processo através do qual as famílias conseguem atingir um melhor nível de vida para si e seus filhos, de modo a poderem saber, possuir, usar, controlar e desfrutar de melhores condições de vida, incluindo o aumento da produção, a melhoria da equidade e a manutenção e reforço da fonte de recursos ao credito.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

Os critérios usados para aceder o financiamento permite concorrerem todos os que se sintam interessados e que preencham os requisitos definidos ao nível local. São elegíveis, aqueles beneficiários que operam ao longo das linhas de financiamento do fundo.

Quanto aos mecanismos de financiamento o Fundo de Redução da Pobreza Urbano optou pela intervenção directa e indirecta. A intervenção indirecta abre espaço para a entrada de mais instituições especializadas em micro-crédito e melhora a gestão dos fundos.

No entanto, para atingirem-se melhores resultados na aplicação dos critérios e mecanismos de atribuição do Fundo de Redução da Pobreza Urbano aos beneficiários há que ter em conta a qualidade do capital humano envolvido, e definição de estratégias de planificação acompanhadas de um conhecimento técnico e institucional a nível local.

É de salientar ainda que, nas linhas de financiamento houve maior número de emprego na área de comercio comparativamente as outras área de actividades financiado pelo fundo urbano.

O contributo do fundo de redução da pobreza urbana na cidade de Inhambane, não está relacionado unicamente com o crescimento sócio-económico mas também com a melhoria de qualidade de vida e deve ser visto num contexto de interacção entre os vários actores que nele participam e que deve ter em conta factores económicos sociais, culturais, e psicológicos. No entanto, conclui-se que os projectos financiados contribuem para a geração de emprego contribuindo assim na melhoria das condições de vida nos beneficiários a nível local da cidade de Inhambane.

5.2 Recomendações

Como forma de ultrapassar as dificuldades no desempenho das actividades de desenvolvimento implementadas na cidade de Inhambane sugerem-se as seguintes recomendações:

a) Para o Município

- Maior divulgação dos instrumentos normativos que envolvem o Fundo de Redução da Pobreza Urbana e o processo de descentralização e acompanhamento dos grupos de beneficiários em simultâneo.
- Matéria no uso do valor concedido pelos beneficiários durante os processos das actividades.
- Matéria de revitalização aos órgãos envolvidos no processo de selecção e aprovação dos projectos para melhor análise a quanto a sua viabilidade.

Beneficiários

- Que os pequenos beneficiários formem mais associações como forma de obter maior investimento para poderem aumentarem os seus negócios a nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDIERA, O. & RASUL, I. *Social Networks and Technology Adoption in Northern Mozambique*. The Economic Journal, Mozambique. 2006.
- BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5ª Edição. Editora UFSC, 2002.
- BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. 2005.
- BRAGA Minho. *Estatística aplicada*, (1999).
- BRAGA, T. (2002). *Desenvolvimento local endógeno entre a competitividade e a cidadania*. Estudos Urbanos e Regionais.
- BUARQUE Sérgio C. *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. (1999).
- Comité de Conselheiros. *Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação*. Maputo, 2003.
- CUNGUARA, Benedito & HANLON, Joseph. *O Fracasso na Redução da Pobreza em Moçambique*. Working Paper no. 74. Crisis State Research Centre. London. England. 2010.
- CHICHAVA, Sérgio; LUÍS de Brito e FRANCISCO António. *Desafios para Moçambique*, (2010).
- CHICHAVA, Sérgio; LUÍS de Brito e FRANCISCO António. *Protecção social, abordagens, desafios e experiências para Moçambique*, (2009).
- CABRAL, L. & FRANCISCO, D (2008). *Instituições, Despesa pública e o papel dos parceiros do Desenvolvimento no sector ambiental*.
- CAMBA, S. (2004). *ONGs e Escolas Públicas: Uma relação em construção*. São Paulo.
- CANDIDO, M. (2010). *Desenvolvimento sustentável e pobreza no Contexto de Globalização. O caso de Moçambique*. Lisboa.

- CURY, A. (2000). *Organização e Métodos: Uma visão holística*. 7a edição. São Paulo: Atlas.
- CHIVALE, E. (2005). “*O papel das ONGs internacionais na promoção da educação: O caso da save the children- USA no distrito de Bilene-Macia (Gaza) de 1994-2003*”. Maputo.
- DREHER, M. (2011). *Gestão Social e a Atuação das Ongs Locais no Processo de Desenvolvimento Local da Região de Blumenau (SC. Brasil*.
- GIL, A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 200p.
- GODOY, C & DUARTE, M. (2005). *Manual para Elaboração, Administração e Avaliação de Projectos Socioambientais*. São Paulo: SMA / CPLEA.
- GOVERNO DA CIDADE DE INHAMBANE (2007). *O Plano Estratégico de desenvolvimento da cidade*.
- INE. (2010). *Estatísticas do distrito de Massinga*. Disponível em <www.ine.gov.mz> acesso no dia 11/07/2014.
- INE. (2013). *Estatísticas do distrito de Massinga*. Disponível em <www.ine.gov.mz> acesso no dia 04/08/2014.
- FARINA, E.M.M.Q. *Ciências Económica*, (1997).
- FERREIRA Pedro Cavalcanti. *Produtividade e Eficiência*, (1975).
- GIL, António Carlos & Macucule. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- GdM (2005). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*.
- GoM. *Plano de Acção para a Produção de Alimentos 2008-2009*. Maputo, Moçambique. 2008.

- GODOY Marcelo Magalhães. *Espaços regionais e mercado interno, subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados*. (2005).
- HOWARD, Julie *et al.* *Constrangimentos e Estratégias para o Desenvolvimento de Moçambique*. Relatório de Pesquisa No. 43P Janeiro 2001.
- INE. *Estatísticas da Cidade de Inhambane*. 2013.
- JÚNIOR, J.I.Ribeiro (s/d). *Noções de técnicas de amostragem*.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª Edição. São Paulo: Atlas 2003.
- MEDEIROS, Carlos Henrique. *Metodologia da pesquisa: Um guia prático*, (2000).
- MAFAVISSE, Isaiás M. & CLEMENTE, Evandro C. *Actuação das Políticas Públicas na Promoção do Desenvolvimento Urbano Em Moçambique*. 2012.
- MINAG. *Análise da Renda e Dinâmica de Pobreza nas Zonas Urbanas de Moçambique 2002-2005*. Apresentação no Seminário Nacional de Harmonização da Planificação para 2009. Inhambane, 2-3/Junho/2008.
- MINAG. *Plano estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário*. 2011.
- MINAG. *Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário 2013 -2017*. 2012.
- MOSCA, João: *Agricultura e Desenvolvimento em África*. Lisboa: Editora Piaget, 2008.
- MUCAVEL, C. *Boletim Informativo do MADER*. Maputo: 2002.
- MALULEQUE, M. (2011). *Análise da Evolução das receitas do Município da Cidade da Inhambane. (2005 – 2008)*.
- MARCONI, M. & LAKATOS, E. *Metodologia científica*. 5ª.ed. ver lista e ampliada. São Paulo: Atlas S.A, 2010.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. *Perfil do distrito da cidade de Inhambane província de Inhambane*. 2005.

- MOTA, E. (s/d). *O papel das organizações no desenvolvimento sustentável: um olhar sobre a perspectiva da responsabilidade social*.
- VALÁ, Salim Cripton. *Pobreza, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Económico dos Distritos em Moçambique*. Maputo, 2009.
- SANDRONI Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*, (1999).
- OLIVEIRA, G. (2006). *Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação*.
- OSTHEIMER Luis e Bernhard Weimer. *Moçambique: Descentralizar O Centralismo? Economia Politica, Recursos E Resultados*, (2003).
- PEREIRA, L. (2008). *Crescimento e Desenvolvimento Económico*. São Paulo.
- PEREIRINHA, J. *Desenvolvimento sustentável vs sobrevivência. Aspectos antagónicos ou complementares*, (2009).
- PERPU. *Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2010-2014*, (2010).

Sites Visitados:

- <http://www.verdade.co.mz/.../46441-Cidade de Inhambane> - de - *FRPU*>> acessado em 12 de Janeiro de 2016.

APÊNDICES
&
ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice – 01: Inquérito Dirigido ao Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

Entrevista Nº: _____

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

Profissão: _____, Data _____, Hora da realização: _____, Sexo ___ e Contacto: _____

1.1 Quantas pessoas já se beneficiaram do Fundo no período de 2011 a 2015?

1.2 Qual foi o volume do investimento destinado à todas linhas de financiamento do Fundo?

1.3 Acha que este Fundo para linhas de financiamento têm um impacto directo para o desenvolvimento sócio nas famílias a nível do Município no ponto de vista do Governo desde de 2011 a 2015? Sim _____ Não _____, Como:

1.4 Fale desta contribuição na perspectiva de emprego e progresso social nas famílias a nível do distrito, no período de 2011 a 2015.

1.5 Como é que avalia os sectores das actividades financiado do Fundo na província de Inhambane e em particular na cidade de Inhambane no período de 2012 a 2015?

Apêndice – 02: Inquérito Dirigido aos Beneficiários do Fundo

Entrevista N°: _____

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

Profissão: _____, Data _____, Hora da realização: _____, Sexo ___ e Contacto: _____

1.2.1 Nome do projecto: _____, a) Qual é o ano da fundação do seu próprio projecto? _____ b) Que actividade o teu projecto faz? c) Como é que as actividades do teu projecto estão organizadas?

1.2.2 Quais as maiores limitações ou barreiras que tem enfrentado nas suas actividades?

1.2.3 Quantos trabalhadores o projecto têm? _____ a) São formados? _____ b) Qual é o nível académico? _____ c) Quantas mulheres têm? ____ d) Quantos homens?

1.2.4 Os trabalhadores são pontuais quanto ao cumprimento de horário do trabalho?

1.2.5 Tem trabalhadores sazonais? _____ a) Quantos são? _____ b) E quanto são efectivos ou permanentes no projecto?

1.2.6 Qual é o numero dos membros agregados familiar que tem em casa? ____ a) Quantos estudam? b) Quantos trabalham? _____

1.2.7 Qual é a principal fonte da renda familiar? Agricultura____ Pesca____ Comercio_____

1.2.8 Qual è o tipo de material da casa?

1.2.9 A casa tem energia eléctrica? Sim____ Não_____

1.2.10 Tem água canalizada? Sim____ Não_____

1.2.11 Será que os benefícios que ganha é rentável de acordo com as actividades que exerce no projecto para conseguir devolver o empréstimo? Sim____ Não_____

1.2.12 Quais foram outros ganhos obtidos desde que adquiriu o Fundo?

1.2.13 O rendimento do trabalho permite adquirir os bens essenciais da casa? Sim____
Não____

1.2.14 As despesas com a saúde, educação dos filhos, alimentação em casa e no consumo em geral são asseguradas só com o rendimento do seu projecto? Sim____
Não_____

1.2.15 Será que quando se enfrenta com algumas dificuldades tem sido ajudado?

1.2.16 Tem outras actividades de rendimento que exercem? Sim____ Não _____

Muito obrigada pela entrevista e o tempo disponibilizado

ANEXOS

Anexo 1: Linhas de financiamento dos projectos, 2011 a 2015

Tabela - 01. Projectos financiados no ano 2011

Projectos	Projectos com título Singulares				Projectos com título Colectivos		
	Faixa etária				Associações e Micro - Empresas		
	Nº de projectos	Homens	Mulheres	Jovens	Associações	Micro - Empresas	Emp. Criados
Agricultura	7	3	3	2	1	0	19
Comercio	106	49	56	37	1	0	136
Pecuária	51	22	29	17		0	55
Peq. Industria	25	18	6	8	1	0	35
Prestação de Serviços	15	5	10	9	0	2	20
Turismo	4	2	2	1	0	0	10
Pesca	20	19	1	0	0	0	25
Total	228	118	107	74	3	0	300

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela - 02. Projectos financiados no ano 2012

Projectos	Projectos com título Singulares				Projectos com título Colectivos		
	Nº de projectos	Faixa etária			Associações e Micro - Empresas		
		Homens	Mulheres	Jovens	Associações	M. Empresas	Emp. Criados
Agricultura	18	8	6	4	0	0	24
Comercio	114	24	40	47	1	0	140
Pecuária	56	11	25	20	1	0	63
Peq. Industria	29	12	6	11	0	0	34
Prestação de Serviços	9	5	1	3	0	1	23
Turismo	8	4	2	2	0	0	21
Pesca	37	13	10	14	0	0	45
Total	271	77	90	101	2	1	350

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela - 03. Projectos financiados no ano 2013

Projectos	Projectos com título Singulares				Projectos com título Colectivos		
	Nº de projectos	Faixa etária			Associações e Micro - Empresas		
		Homens	Mulheres	Jovens	Associações	Micro - Empresas	Emp. Criados
Agricultura	27	8	6	4	0	0	24
Comercio	89	24	40	47	1	0	109
Pecuária	54	11	25	20	1	0	52
Peq. Industria	26	12	6	11	0	0	23
Prestação de Serviços	14	5	1	3	0	1	11
Turismo	13	4	2	2	0	0	12
Pesca	34	13	10	14	0	0	31
Total	25	57	90	110	2	1	263

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela - 04. Projectos financiados no ano 2014

Projectos	Projectos com título Singulares				Projectos com título Colectivos		
	Nº de projectos	Faixa etária			Associações	Micro - Empresas	Emp. Criados
		Homens	Mulheres	Jovens			
Agricultura	61	13	17	9	0	0	76
Comercio	186	44	45	79	0	0	174
Pecuária	59	17	25	20	0	0	99
Peq. Industria	41	26	11	17	0	0	65
Prestação de Serviços	35	8	7	34	0	0	44
Turismo	18	11	7	8	0	0	24
Pesca	43	14	17	14	0	0	92
Total	443	133	129	181	0	0	574

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados colhidos no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela - 05. Projectos financiados no ano 2015

Projectos	Projectos com título Singulares				Projectos com título Colectivos		
	Nº de projectos	Faixa etária			Associações	Micro - Empresas	Emp. Criados
		Homens	Mulheres	Jovens			
Agricultura	61	7	17	9	3	0	98
Comercio	125	24	22	73	2	0	185
Pecuária	59	17	20	20	0	0	99
Peq. Industria	41	26	11	17	0	0	79
Prestação de Serviços	35	8	7	34	0	0	61
Turismo	18	11	7	8	0	0	46
Pesca	43	14	10	14	0	0	88
Total	382	107	94	175	5	0	656

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela - 06: Número total dos beneficiários para cada área de financiamento, 2011 a 2015

Projectos	Projectos Singulares				Projectos Colectivos		
	Nº de projectos	Homens	Mulheres	Jovens	Associações	Micro - Empresa	Emp. Criado
Agricultura	174	42	60	58	14	0	242
Comercio	620	165	203	247	5	0	744
Pecuária	279	78	104	95	2	0	368
Peq. Industria	162	69	30	62	1	0	236
Prestação de Serviços	108	24	26	56	0	2	159
Turismo	61	22	18	21	0	0	113
Pesca	177	73	48	56	0	0	281
Total	1581	473	489	595	22	2	2143

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela – 07: Evolução nominal de emprego, 2011 – 2015

Projectos	Nº total de projectos	Nº total de Emprego Criado	Valor (%)
Agricultura	174	242	11.29%
Comercio	620	744	34.72%
Pecuária	279	368	17.17%
Peq. Industria	162	236	11.01%
Prestação de Serviços	108	159	7.42%
Turismo	61	113	5.27%
Pesca	177	281	13.11%
Total	1581	2143	100%

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela – 08: Limites mínimos, máximo e taxas de juros para cada área de actividade

Sector de actividades	Taxas de Juros (%)	Individuais	Associações	Valores em (Mts)		Prazo	Período de Carência
AGRICULTURA						60 Meses	6 Meses
	Cultura anual						
	Cultura plurianual	3%	100.000	250.000		60 Meses	24 Meses
	Horticultura	3%	30.000	50.000		60 Meses	6 Meses
	Equipamentos	3%	750.000	1.000.000		120 Meses	24 Meses
PECUÁRIA	Avicultura	3%	75.000	100.000		60 Meses	3 Meses
	Animais de pequeno porte	3%	20.000	50.000		60 Meses	12 Meses
	Bovinos	3%	30.000	50.000		60 Meses	36 Meses
AGRO-PROCESSAMENTO	Moageiras	3%	300.000	300.000		60 Meses	3 Meses
	Outro tipo de maquinas	3%				60 Meses	3 Meses
PESCA	Pequenas Embarcações	3%	50.000			60 Meses	3 Meses
	Construções	3%	50.000	300.000		60 Meses	3 Meses
	Apetrechos de pesca	3%	30.000			60 Meses	2 Meses
	Cadeias de frio	3%	100.000			60 Meses	1 Meses
	Construções de Infra-estruturas	3%	50.000	70.000		60 Meses	3 Meses
INDUSTRIA	Equipamentos	3%	50.000	80.000		60 Meses	2 Meses
	Matérias-primas	3%	50.000	50.000		60 Meses	1 Meses
COMÉRCIO	Construções de Infra-estruturas	5%	70.000	100.000		60 Meses	3 Meses
	Equipamentos	5%	50.000	50.000		60 Meses	2 Meses
	Mercadorias	5%	50.000	50.000		60 Meses	1 Meses

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Anexo 2: Fotos Ilustrativas



Figura – 02: C. M. da Cidade de Inhambane



Figura – 03.



Figura – 04.



Figura – 05.

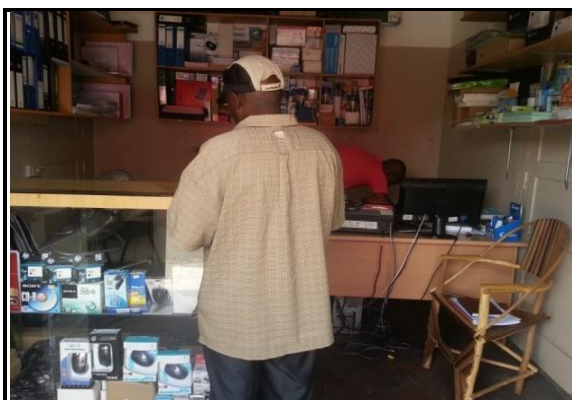


Figura – 06.

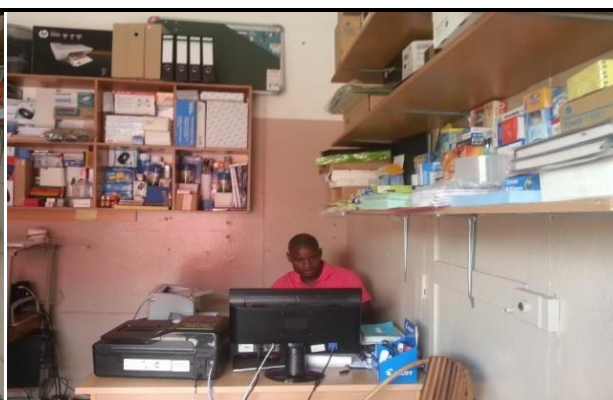


Figura – 07.

NB: As figuras 3 até 7 acima, indicam alguns exemplos dos beneficiários do fundo urbano a nível da cidade de Inhambane, tirada pela autora no trabalho de campo.